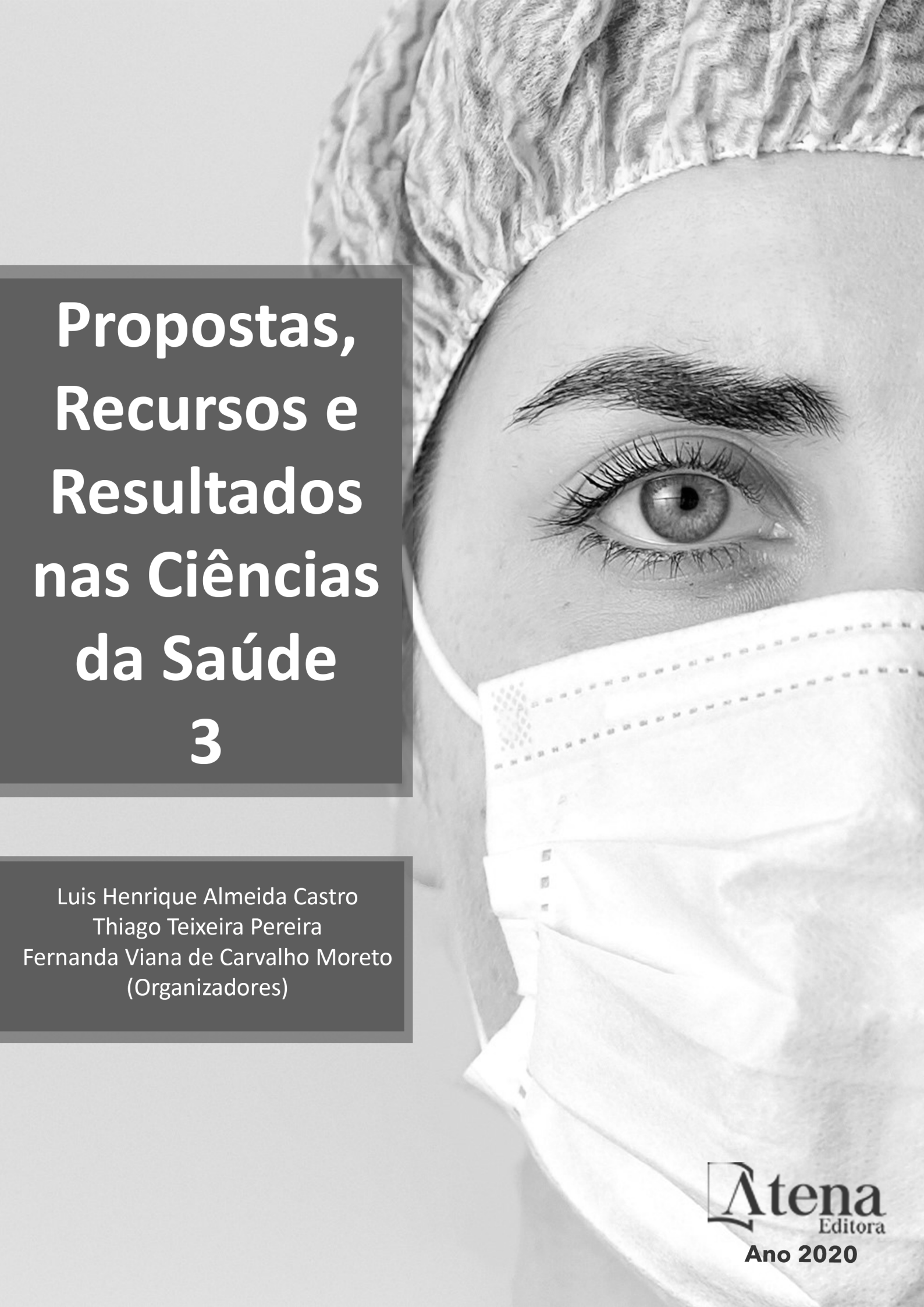


Propostas, Recursos e Resultados nas Ciências da Saúde

3

Luis Henrique Almeida Castro
Thiago Teixeira Pereira
Fernanda Viana de Carvalho Moreto
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Propostas, Recursos e Resultados nas Ciências da Saúde

3

Luis Henrique Almeida Castro
Thiago Teixeira Pereira
Fernanda Viana de Carvalho Moreto
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P965	<p>Propostas, recursos e resultados nas ciências da saúde 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Luis Henrique Almeida Castro, Thiago Teixeira Pereira, Fernanda Viana de Carvalho Moreto. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-130-5 DOI 10.22533/at.ed.305202406</p> <p>1. Ciências da saúde – Pesquisa – Brasil. 2. Saúde – Brasil. I. Castro, Luis Almeida. II. Pereira, Thiago Teixeira. III. Moreto, Fernanda Viana de Carvalho.</p> <p style="text-align: right;">CDD 362.1</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Segundo Bachelard, “um discurso sobre o método científico será sempre um discurso de circunstância, não descreverá uma constituição definitiva do espírito científico”; considerando a amplitude dessa temática, uma obra que almeje lançar foco em propostas, recursos e resultados nas ciências da saúde, naturalmente terá como desafio a caracterização de sua abordagem metodológica. Neste sentido, este e-Book foi organizado de modo a apresentar ao leitor 171 artigos seriados justamente por este elo comum que une, na ciência, a proposta (objetivo), o recurso (viabilidade) e o resultado (evidência): o método de pesquisa per si.

Dos seus nove volumes, os dois primeiros são dedicados aos relatos de caso, relatos de experiência e de vivência em saúde apresentando aspectos da realidade clínica, cultural e social que permeiam a ciência no Brasil.

Já no intuito de apresentar e estimular o diálogo crítico construtivo, tal qual o conhecimento dos recursos teóricos disponíveis frente aos mais variados cenários em saúde, os volumes três, quatro e cinco exploram estudos de revisão da literatura que discutem o estado da arte da ciência baseada em evidência sugerindo possibilidades, hipóteses e problemáticas técnicas no intuito de delimitar condutas para a prática clínica.

Por fim, os volumes de seis a nove compreendem os resultados quali e quantitativos das mais diversas metodologias de intervenção em saúde: estudos comparativos, ensaios clínicos e pré-clínicos, além de ações em políticas públicas na área de saúde coletiva.

Com a intelecção dos tópicos tratados nessa obra, espera-se – tanto quanto possível – contribuir no processo de ampliação, fundamentação e fomento da discussão e reflexão científica na interface entre propostas, recursos e resultados nas Ciências da Saúde.

Luis Henrique Almeida Castro

Thiago Teixeira Pereira

Fernanda Viana de Carvalho Moreto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EFICÁCIA DO USO DA MACONHA NO TRATAMENTO DA EPILEPSIA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Jayna Priscila Silva dos Anjo	
Janne Eyre Bezerra Torquato	
Monalisa Martins Querino	
Elaine Cristina Barboza de Oliveira	
Érika Sobral da Silva	
Cicera Kassiana Rodrigues Vieira	
Maria Daniele Sampaio Mariano	
José Herssem Loureto Abrantes Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3052024061	
CAPÍTULO 2	9
A FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE E A CONTRIBUIÇÃO DO PET-SAÚDE	
Linka Richellis Nascimento de Freitas	
Caroline Rodrigues de Carvalho	
Ana Mirela Cajazeiras	
Adécia Falcão Freitas	
Mariana Freitas e Silva Maia	
Glauca Posso Lima	
Maria do Socorro de Sousa	
Edna Maria Camelo Chaves	
Maria de Lourdes Oliveira Otoch	
DOI 10.22533/at.ed.3052024062	
CAPÍTULO 3	18
A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Leandro Ferreira de Moura	
Rauanny Castro de Oliveira	
Vanessa Rodrigues Lemos	
Antônia Fernanda Sá Pereira	
Izadora Pires da Silva	
Italine Maria Lima de Oliveira Belizario	
DOI 10.22533/at.ed.3052024063	
CAPÍTULO 4	24
A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR FÍSICO NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA	
Jéssica da Silva Pinheiro	
Leonardo Saraiva	
Lia Mara Wibelinger	
DOI 10.22533/at.ed.3052024064	
CAPÍTULO 5	32
A INCLUSÃO SOCIAL DE LIBRAS ATRAVÉS DA ENFERMAGEM	
Erika Luci Pires de Vasconcelos	
Lucca da Silva Rufino	
Mariana Braga Salgueiro	
Nathalia Quintella Suarez Mouteira	
Lucas de Almeida Figueiredo	
Alice Damasceno Abreu	
Benisia Maria Barbosa Cordeiro Adell	

Cláudia Cristina Dias Granito
Nilsea Vieira de Pinho
Selma Vaz Vidal

DOI 10.22533/at.ed.3052024065

CAPÍTULO 6 39

ABDÔMEN ABERTO: UM DESAFIO CONSTANTE

Larissa Alvim Mendes
Amanda Soares de Carvalho Barbosa
Rafaela Ferreira Gomes
Sérgio Alvim Leite

DOI 10.22533/at.ed.3052024066

CAPÍTULO 7 47

ACESSO VENOSO POSSÍVEIS EM PEDIATRIA

José Carlos Laurenti Arroyo
José Luis Laurenti Arroyo
Sérgio Alvim Leite

DOI 10.22533/at.ed.3052024067

CAPÍTULO 8 58

ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA MEDITAÇÃO NO TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS DE ANSIEDADE

Bruno Pereira
Erika da Rocha Oliveira
Beatriz Ribeiro Duarte
Alice Maria Possodelli

DOI 10.22533/at.ed.3052024068

CAPÍTULO 9 65

APLICAÇÃO DA FRAÇÃO VASCULAR ESTROMAL NA ESTÉTICA: REVISÃO SISTEMATIZADA DE LITERATURA

Desyree Ghezzi Lisboa
Sabrina Cunha da Fonseca
Marilisa Carneiro Leão Gabardo
Moira Pedroso Leão
Tatiana Miranda Deliberador
João César Zielak

DOI 10.22533/at.ed.3052024069

CAPÍTULO 10 80

ASSOCIAÇÃO ENTRE TEMPO DE TELA E DESENVOLVIMENTO DE SINTOMAS AUTISTAS EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO

Gabriela Coutinho Amorim Carneiro
Claudio Ávila Duailibe Mendonça
Mylenna Diniz Silva
Leticia Weba Couto Rocha
Rebeca Silva de Melo
Anne Gabrielle Taveira Rodríguez
Isabele Arruda de Oliveira
Ademar Sodré Neto Segundo

DOI 10.22533/at.ed.30520240610

CAPÍTULO 11 97

ATLETA PARALÍMPICO E O CUIDADO MULTIPROFISSIONAL

Janine Koepf
Angela Cristina Ferreira da Silva
Daiana Klein Weber Carissimi
Miriam Viviane Baron
Bartira Ercília Pinheiro da Costa

DOI 10.22533/at.ed.30520240611

CAPÍTULO 12 105

ATUAÇÃO DA MELATONINA NA RETINOPATIA DIABÉTICA: BREVE REVISÃO

Ismaela Maria Ferreira de Melo
Ana Cláudia Carvalho de Sousa
Anthony Marcos Gomes dos Santos
Rebeka da Costa Alves
Marina Gomes Pessoa Baptista
Clovis José Cavalcanti Lapa Neto
Bruno José do Nascimento
Yasmim Barbosa dos Santos
Maria Vanessa da Silva
Laís Caroline da Silva Santos
Álvaro Aguiar Coelho Teixeira
Valéria Wanderley Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.30520240612

CAPÍTULO 13 123

AURICULOTERAPIA NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA A CESSAÇÃO DO TABAGISMO

Daniella Carbonetti Rangel Augusto
Tamires de Lima Gonçalves
América de Lima Cremonte
Fabiana Ferreira Koopmans

DOI 10.22533/at.ed.30520240613

CAPÍTULO 14 137

AVALIAÇÃO DO CUSTO DA HEPATITE C: A RELEVÂNCIA EM CONHECER A EVOLUÇÃO NATURAL DA DOENÇA

Geovana Bárbara Ferreira Mendes
Priscilla Magalhães Loze
Alexander Itria

DOI 10.22533/at.ed.30520240614

CAPÍTULO 15 142

CÂNCER: HEREDITARIEDADE E FATORES DE RISCO

José Chagas Pinheiro Neto
Catarina Lopes Portela
Evelyn Bianca Soares Silva
Lígia Lages Sampaio
Maria Hillana Nunes
Esdras Andrade Silva
Jociane Alves da Silva Reis
Débora Bruna Machado Ferreira
Fabrícia Rode dos Santos Nascimento
Luã Kelvin Reis de Sousa
Camila Maria Batista Lima
Yara Maria da Silva Pires

Mateus Henrique de Almeida da Costa
Hillary Marques Abreu
Alice Lima Rosa Mendes
Gerson Tavares Pessoa

DOI 10.22533/at.ed.30520240615

CAPÍTULO 16 152

CLASSIFICAÇÃO DA DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO: REVISÃO DE LITERATURA

Ângela Milhomem Vasconcelos
Amanda Chagas Barreto
Ana Paula Santos Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.30520240616

CAPÍTULO 17 165

CONHECIMENTO E ADESÃO ÀS PRECAUÇÕES PADRÃO POR PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM:
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Laura Prado Medeiros
Kamila Silva de Miranda
Thayna Martins Gonçalves
Tatiana Carneiro de Resende
Mayla Silva Borges
Dulce Aparecida Barbosa
Monica Taminato
Richarlisson Borges de Morais

DOI 10.22533/at.ed.30520240617

CAPÍTULO 18 177

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jaqueline Roberta da Silva
Luana Carolina Rodrigues Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.30520240618

CAPÍTULO 19 188

CORRELAÇÃO DA INFECÇÃO POR HELICOBACTER PYLORI COM O SURGIMENTO DO CÂNCER
GÁSTRICO: REVISÃO DE LITERATURA

Rafael Everton Assunção Ribeiro da Costa
Bruno Leonardo de Sousa Figueiredo
Letícia Thamanda Vieira de Sousa
Esdras Andrade Silva
Raniella Borges da Silva
Layanne Barros do Lago
Ivania Crisálida dos Santos Jansen Rodrigues
Jenifer Aragão Costa
Getúlio Rosa dos Santos Junior
Cleber Baqueiro Sena
Christianne Rodrigues de Oliveira
Aline Curcio de Araújo
Lausiana Costa Guimarães
Isadora Lima de Souza
André Luiz de Oliveira Pedroso
Maurício Batista Paes Landim

DOI 10.22533/at.ed.30520240619

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 197

ÍNDICE REMISSIVO 199

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 06/03/2020

Jaqueline Roberta da Silva

UNIFRAN; Programa de Pós-Graduação em
Promoção de Saúde
Franca-SP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8731-5942>

Luana Carolina Rodrigues Guimarães

UNIFRAN; Programa de Pós-Graduação em
Promoção de Saúde
Franca-SP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0002-8914>

RESUMO: O presente artigo pretende discutir sobre as contribuições da atuação do psicólogo para a construção do paradigma da Educação Inclusiva. Considerando o crescente contingente de alunos com deficiência freqüentando as escolas regulares, ter qualidade no atendimento a eles, assim como aos demais é imprescindível. A partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema, explanou-se sobre a definição de deficiência intelectual, de acordo com Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AADID- instituição conhecida mundialmente pela contribuição prática e informações

sobre definição e classificação de deficiência intelectual. Neste trabalho o enfoque será o atendimento ao aluno com deficiência intelectual, por considerar a complexidade do atendimento a essa deficiência e a possibilidade de adaptação das intervenções também às outras deficiências. Posteriormente para melhor compreensão do cenário atual será explanado o percurso histórico e marcos legais da Educação Inclusiva, até o presente, para assim discutir sobre como o profissional de psicologia ao atender o aluno com deficiência, objetivando desenvolver e aprimorar suas potencialidades, e também com o assessoramento institucional, a fim de envolver e responsabilizar toda a equipe escolar no bom andamento do processo ensino aprendizagem e desenvolvimento global do aluno com deficiência, garantindo-lhe assim uma efetiva inclusão escolar e social, como preconizado pelos pressupostos da Educação Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia, Assessoramento institucional, Educação Inclusiva.

PSYCHOLOGY CONTRIBUTIONS TO INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to discuss the

contributions of the psychologist 's performance to the construction of the Inclusive Education paradigm. Considering the growing contingent of students with disabilities attending regular schools, having quality care for them, as for the others is essential. From bibliographic research on the subject, it was explained about the definition of intellectual disability, according to the American Association of Intellectual Disability and Development - AADID - institution known worldwide for the practical contribution and information on definition and classification of intellectual disability. In this paper the focus will be on the care of students with intellectual disabilities, considering the complexity of care for this disability and the possibility of adapting interventions also to other disabilities. Later, for a better understanding of the current scenario, the historical path and legal milestones of Inclusive Education will be explained, until the present, to discuss how the psychology professional assisting the student with disabilities, aiming to develop and improve their potential, and also with the institutional counseling, in order to involve and hold the whole school staff responsible for the smooth progress of the teaching-learning process and the overall development of students with disabilities, thus guaranteeing them effective school and social inclusion, as advocated by the assumptions of Inclusive Education.

KEYWORDS: Psychology, Institutional Counseling, Inclusive Education.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará sobre a importância do profissional psicólogo na construção do paradigma de Educação Inclusiva, ou seja que contemple todas as pessoas, e entre elas as com deficiência.

Considerando que Brasil possui mais de 45 milhões de Pessoas com Deficiência (PCDs), o que representa cerca de 24% da população, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim refletir sobre como e onde essas pessoas estão sendo educadas é imprescindível.

Para uma discussão mais concisa, nesse artigo será discutido sobre deficiência intelectual, pois em sua complexidade exige adaptações além dos níveis estruturais e físicos, exige sensibilidade, solidariedade e atitudes individuais de tolerância e harmonia. Ressalta-se que apesar desse destaque, grande parte da discussão apresentada poderá ser estendida a todas as deficiências.

Neste artigo será exposto sobre a definição de deficiência intelectual, com a contribuição da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AADID- instituição conhecida mundialmente pela contribuição prática e informações sobre definição e classificação de deficiência intelectual.

Posteriormente para melhor compreensão do cenário atual será explanado o percurso histórico e marcos legais da Educação Inclusiva. Para assim discutir sobre como o profissional psicólogo poderá contribuir e fortalecer os pressupostos da Educação

Inclusiva.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A deficiência mental, segundo Dessen e Silva (2001), tem concepções relativas de acordo com os valores culturais vigentes, por isso é uma visão mutante que vem se desenhando anos após anos, de acordo com a evolução de concepção de humanidade.

Na antiguidade as crianças deficientes eram abandonadas por serem consideradas imperfeitas. No final do século XV, com a ascensão da produção capitalista imperou a visão de que a deficiência era um atributo do indivíduo e foi considerado improdutivo. Somente no século XIX é que iniciou-se uma postura de responsabilidade pública sobre a deficiência. Iniciando a concepção multidimensional da deficiência, colocando o ser humano no centro das discussões e conseqüentemente ampliando a concepção de construção de todos como seres históricos e sociais.

É nesse ínterim que atua a Associação Americana de Retardo Mental- AAMR, atual Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD- instituição conhecida mundialmente pela contribuição prática e informações sobre definição e classificação do retardo mental. O termo retardo mental ainda é usado pela AAIDD pela dificuldade de um consenso mundial sobre o termo, mas no Brasil o termo politicamente aceito é de deficiência intelectual, como conceitua Sassaki (2005), é mais apropriado o termo intelectual por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo. Portanto a partir daqui será utilizado o termo deficiência intelectual.

A caracterização de deficiência intelectual proposta pela AAMR/AAIDD em 2002 e difundida no Brasil, é:

uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Esta incapacidade tem início antes dos 18 anos. (LUCKASSON et al., 2002)

Este modelo proposto pela AAMR/AAIDD consiste numa concepção multidimensional e funcional que considera cinco dimensões que envolvem aspectos relacionados à pessoa, ao seu funcionamento individual no ambiente físico e social, ao contexto e aos sistemas de apoio. As dimensões que devem ser consideradas são cinco e envolvem:

- Dimensão I: Habilidades intelectuais- é a capacidade geral de raciocínio, planejamento, solução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, rapidez de aprendizagem e aprendizagem por meio da experiência.;
- Dimensão II: Comportamento adaptativo que diz das habilidades conceituais- como a linguagem, leitura e escrita e autodirecionamento. Habilidades sociais- como responsabilidade, habilidades interpessoais, seguir regras, auto-estima, e as habilidades práticas- que são os exercícios da autonomia na vida diária, prática

e ocupacional;

- Dimensão III- participação, interações e papéis sociais: o envolvimento e execução do indivíduo nos múltiplos contextos cotidianos;
- Dimensão IV: Saúde física e mental que influi tanto positivamente quanto negativamente sobre o funcionamento do indivíduo nas outras dimensões;
- Dimensão V: Contexto- oportunidades de acessos ao ambiente social imediato, à comunidade e à cultura.

Este modelo de dimensões proposto pela AAMR/AAIDD é importante porque proporciona uma maneira ampliada de olhar para a pessoa com deficiência. Assim permite aos profissionais identificar estratégias para apoiar pessoas e suas famílias para que os fatores de risco possam ser evitados ou minimizados por meio de estratégias primárias, secundárias e terciárias. Portanto a prevenção deve estar vinculada a etiologia e apoio.

Considerar uma abordagem multifatorial da etiologia da deficiência, permite definir duas direções: tipos de fatores e momento de ocorrência dos fatores. Quanto aos fatores a etiologia pode ser agrupada em:

- Biomédicos: fatores que se relacionam aos processos biológicos, como distúrbios genéticos ou de nutrição;
- Sociais: fatores que se relacionam com a interação social e familiar, como estimulação e resposta do adulto;
- Comportamentais: fatores que se relacionam os comportamentos potencialmente causais, como atividades perigosas (lesivas) ou abuso materno de substância;
- Educacionais: fatores que se relacionam à disponibilidade de apoios educacionais que promovem o desenvolvimento mental e o desenvolvimento de habilidades adaptativas.

Distinguidas a etiologia e as dimensões da deficiência intelectual, é possível ampliar o foco da intervenção nas seguintes áreas: ensino e educação, vida doméstica, vida em comunidade, emprego, saúde, segurança, desenvolvimento humano, proteção e defesa, além das áreas comportamentais e sociais. Para tanto, considera-se quatro graus de apoios, conforme o nível de comprometimento intelectual manifestado, ainda segundo a AAIDD (2010) entende-se por apoios: recursos e estratégias que visam promover o desenvolvimento, a educação, os interesses e o bem estar pessoal melhorando o funcionamento do indivíduo:

- Intermitente: baseado em necessidades específicas e oferecido em certos momentos, por um determinado período (curto prazo), com características episódicas (a pessoa nem sempre precisa de apoio) e com intensidade variável;

- Limitado: consistente durante atividades específicas, oferecido ao longo de um período (longo prazo), porém com tempo limitado;

- Extensivo: é necessário apoio regular (diário) em pelo menos alguns ambientes (escola, trabalho, lar) sem limitação quanto ao tempo;

- Pervasivo: constante, de alta intensidade, nos diversos ambientes, envolve uma equipe maior de pessoas administrando os apoios, potencialmente durante o ciclo da vida.

Ressaltamos que, dependendo das condições pessoais, as situações de vida e a faixa etária, os apoios variam em duração e intensidade, podendo ser oferecidos por qualquer pessoa, seja ela: professor, amigo, psicólogo, familiar, entre outros, visando melhorar o funcionamento da pessoa com deficiência intelectual no cotidiano, favorecendo uma melhor qualidade de vida.

Nesse ínterim, é que há mobilizações internacionais e nacionais para se construir sociedades inclusivas, ou seja que as pessoas com deficiência sintam se parte de onde vivem, e para tanto é necessário que o maior agente socializador, a escola abranja a todos em suas diversidades com qualidade de ensino a todos. Assim será discutido o quanto o Atendimento Educacional Especializado- AEE se faz importante como apoio ao aluno com deficiência intelectual, construindo a Educação Inclusiva.

3 | MÉTODO

Este é um estudo teórico reflexivo, construído a partir de revisão bibliográfica, na base indexada Scielo e em livros sobre a temática.

4 | MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como dito anteriormente somente no sec. XIX é que foi iniciado a mobilização para inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, e para isso a matrícula e freqüência à escola se tornaram imprescindíveis. No Brasil, foram promulgadas políticas e práticas que normatizam a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas. Para a contextualização dessas normatizações faz-se necessários compreendê-las em seus trajetos, que será resumidamente abordado a partir daqui:

No Brasil colônia até o ano de 1957, como todo o sistema educacional brasileiro ainda era fragmentado, o atendimento aos alunos com deficiência era realizado por iniciativas pontuais e privadas, a essa época foram criadas instituições de atendimento especializado que existem até a atualidade, como as APAE's.

Somente a partir de 1957 é que iniciaram-se ações governamentais nacionais para o atendimento educacional do público com deficiência, em forma de campanhas e que impulsionavam ainda o atendimento em escolas e salas exclusivas para os alunos com deficiência.

Com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7 4.024/61, iniciou os apontamentos para a educação das pessoas com deficiência preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, mas que na prática ainda continuou delegando as instituições especializadas o atendimento desses alunos. A Lei nº. 5.692/71

também pouco rompeu com esse cenário.

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela educação especial no Brasil, que realizou campanhas assistenciais, ainda sem efetivar uma política pública de acesso universal à educação,

Somente a partir da década de 80 é que impulsionada por discussões internacionais é que houve mobilizações para a efetivação da inclusão escolar da pessoa com deficiência. Com a Constituição Federal de 1988, que traz no artigo 3º, inciso IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, além dos artigos 205, sobre a educação como um direito de todos, e no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, no art. 208, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 1990 o Brasil foi signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos que propõe garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa. Em consonância e essa declaração, em 1994 foi acordada a Declaração de Salamanca, que ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as diversidades que podem interferir na aprendizagem das crianças. Assim, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a contemplar as dificuldades temporárias ou permanentes na aprendizagem. A Declaração de Salamanca refere-se que:

o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade (...). Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...). (UNESCO, 1998)

Inspirada por essas declarações em 1996 foi promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Assim estabelecendo como meta o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos nas classes comuns do ensino regular, com apoio à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

Em 2006, o Brasil foi também signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, e que estabelece um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24). (BRASIL, 2011)

Em 2008 com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, intensificou-se a discussão sobre a Educação Inclusiva, iniciando assim um aumento significativo na matrícula de alunos com deficiência nas escolas regulares, além de obrigar a oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE, que foi reassegurado pelo Decreto nº 7.611/2011.

Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que em seu Capítulo IV, trata do Direito a Educação, enfatizando que a educação inclusiva deve acontecer em todos os níveis de ensino, e que o AEE deve ser institucionalizado para garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem do aluno com deficiência.

4.1 A atuação do psicólogo

No Brasil entre 2005 e 2017, houve o aumento de 6,5 vezes no número de matrículas, de acordo com o Censo Escolar do INEP (instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), com um total aproximado de 750.983 estudantes com algum tipo de deficiência. Para a real inclusão escolar do aluno com deficiência, além da matrícula faz se necessário que os alunos possam desenvolver suas potencialidades e garantir sua integração dentro e fora da escola.

Nesse contexto, o psicólogo como profissional que tem como objeto de trabalho o estudo e análise do comportamento humano individual e de grupo, para identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, deve auxiliar o aluno com deficiência e à equipe que o atende na escola a desenvolverem melhores meios para que atinjam seu potencial de aprendizagem.

O psicólogo atuando no contexto escolar tem como atribuições:

...colaborar com a adequação, pelos professores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis no desempenho reflexivo de seus papéis; desenvolver, com os participantes do trabalho escolar, atividades com o intuito tanto preventivo como resolutivo; elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, visando, mediante ação coletiva e interdisciplinar, o estabelecimento de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno; participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação em aspectos relativos aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da avaliação e redirecionamento das práticas educacionais, dentre outras (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 1992).

Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pelo psicólogo ao aluno com deficiência devem identificar os fatores que influenciam em seu comportamento, relações e aprendizagem, e assim elaborar e organizar acessibilidades atitudinais aos alunos para favorecer suas potencialidades e fortalecer os vínculos familiares e sociais, favorecendo a participação dos alunos no cotidiano escolar. Juntamente com a equipe escolar, cabe a estes profissionais buscarem não só compreender o porquê de o sujeito apresentar dificuldade em algo, mas o que ele pode aprender e como (DANTAS E ALVES, 2011).

Nos atendimentos clínicos ao aluno com deficiência- que ocorrem preferencialmente no contra turno escolar, para não prejuízo do horário de aula- o psicólogo deverá contemplar a valorização das potencialidades do aluno e minimização de suas limitações, através do planejamento de recursos, estratégias, atitudes e metodologias específicas a cada aluno, reconhecendo sua diversidade e fazendo as adaptações necessárias para o alcance de melhor desempenho acadêmico e conseqüentemente na vida como um todo.

Diferentemente de outras deficiências, a deficiência intelectual, demanda acessibilidades “que não depende de suportes externos ao sujeito, mas tem a ver com a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber” (BRASIL, 2007). O psicólogo, ciente da multidimensionalidade da deficiência intelectual, deve propor atividades que lhes permitam desenvolver e aperfeiçoar sua autonomia, apoiando o aluno a significar suas emoções, afetos, aprender com suas negações, sendo capaz de “conquistar a percepção da deficiência como um objeto compartilhado e de proporcionar ao nosso cliente um ambiente acolhedor e condições facilitadoras para sua aceitação dessa condição, favorecendo e possibilitando seu próprio desenvolvimento” (AMIRALIAN 1997, P. 37).

Os alunos com deficiência intelectual podem aprender tanto quanto os alunos sem limitações cognitivas, no entanto necessitam um pouco mais de tempo e de recursos adequados. Mendes,1996, afirma que os deficientes intelectuais demonstram limitações referentes à atenção, concentração, memorização, criatividade, imaginação, leitura e escrita, porém conseguem vencer essa dificuldade, através de uma didática elaborada.

Para superação dessas dificuldades é que se faz importante a parceria do psicólogo com os outros profissionais que atendem o aluno, como o professor, a equipe gestora

da instituição, o professor do Atendimento Educacional Especializado- AEE, e também com a família do aluno. O psicólogo pode contribuir uma compreensão ampliada sobre a aprendizagem e o desenvolvimento, para Góes (2002), os estudos realizados no âmbito da Teoria Histórico-Cultural, os quais explicam o ser humano como sujeito histórico e social e a aprendizagem, como um processo partilhado mediante o qual os sujeitos se apropriam do conhecimento produzido pela humanidade, é de suma importância nessas parcerias.

O assessoramento institucional é vital para o alcance da integralidade do processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência, conseguindo alcançar todo o seu contexto.

O psicólogo contribui com a inclusão ao ser elo entre os profissionais que atendem o aluno com deficiência, deve incentivar a posição ativa da equipe, valorizando a procura de respostas as demandas, impulsionando a responsabilização de todos no processo ensino aprendizagem e consequentemente contribuir com a qualidade de vida do aluno.

Assim o psicólogo colabora com a transformação do espaço escolar, que para Kupfer (2005), é a condição para a efetivação da inclusão, a transformação da escola num espaço de convivência das diferenças. Para “um novo singular que poderá retornar ao social para revigorá-lo” (KUPFER, 2005, p. 23).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode se afirmar que o trabalho do psicólogo possibilita uma nova postura da escola inclusiva que propõe, no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que favoreçam a interação social dos alunos resultando não apenas do que temos considerado tradicionalmente como conhecimento: o domínio de informações e o desenvolvimento do raciocínio. Mas sim, que os alunos desenvolvam modos de pensar, e também diferentes modos de sentir, de se expressar, de agir com criatividade, de se movimentar, tudo isso é conhecimento escolar. Tudo faz parte da experiência curricular.

Vale ressaltar que a construção da Educação Inclusiva ainda é um processo que precisa avançar, e que o psicólogo tem muito a contribuir, mas também exige entre outros fatores, muito do perfil dos educadores em geral. Os educadores têm a responsabilidade de problematizar o conteúdo, incentivar os alunos a descobrirem as respostas e não apenas repeti-las. Para tanto exige-se profissionais com domínio dos conteúdos a serem compartilhados, sendo urgente uma formação sólida e emancipadora. Portanto, é urgente que para a consolidação de uma Educação Inclusiva, também ocorra melhorias na formação e valorização dos profissionais da educação.

Apesar dos benefícios do atendimento do psicólogo, é notório que nem toda instituição escolar possui em sua equipe psicólogos, o que fragmenta o atendimento ao

aluno com deficiência. Ante a essa constatação é importante a inserção e valorização dos profissionais de psicologia nas escolas, o que pode se concretizar com a aprovação do Projeto de Lei nº 326 / 2019, que estabelece a implantação dos serviços de psicologia e assistência social nas escolas públicas.

O profissional psicólogo ao atuar no ambiente escolar poderá apoiar a implementação de práticas abrangentes ao contexto dos alunos com deficiência, efetivando o pleno desenvolvimento de seu processo ensino aprendizagem.

A educação constituindo se realmente como inclusiva será capaz de formar cidadãos mais tolerantes, justos e solidários, favorecendo assim uma sociedade melhor para todos.

REFERÊNCIAS

AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities . **Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports.** Washington, DC: AAIDD, 2010.

AMIRALIAN, M.L.T.M. O psicólogo e a pessoa com deficiência. In. **Deficiência: alternativas de intervenção.** São Paulo; casa do psicólogo, 1997.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. MEC. **Portaria Ministerial nº 13/2007, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Brasília, DF: MEC, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil.** Brasília: CFP. 1992. Recuperado em 12 de Junho de 2016 de http://site.cfp.org.br/leis_e_normas/atribuies-profissionais-do-psicologo-no-brasil/.

DANTAS, V. A. O; ALVES, Jamille A. A. **Dificuldades de leitura e escrita: Uma intervenção psicopedagógica.** In: V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão - SE, 2011.

DESSEN, M. A.; SILVA, Nara Liana Pereira. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 133-141.

GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In Oliveira, M. K. T. C; Rego, & D. R. R. Souza (Eds.), **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea** (pp. 95-114). São Paulo, SP: Moderna; 2002.

KUPFER, M. C. M. (2005). Inclusão escolar: a igualdade e a diferença vistas pela psicanálise. In F. A. G. Colli, & M. C. M Kupfer (Eds.), **Travessias - inclusão escolar: a experiência do grupo ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida** (pp. 17-27). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

LUCKASSON, R. et al. **Mental Retardation: Definitions, Classification and Systems of Supports.** 10th Edition, AAMR, 2002.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** 1996. 240 p. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental)-Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Sentidos**. Junho/2005. Disponível em <http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=8322&codtipo=8&subcat=31&canal=vi>.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso Venoso 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Aderência Celular 66
Alimentos 86, 102, 143, 144, 147, 148, 149, 151, 154, 156, 198
Ansiedade 20, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 85, 88, 101, 103, 124, 129, 133, 135
Auriculoterapia 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136
Autismo 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

B

Bolsa Borráez 39
Bolsa De Bogotá 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

C

Câncer 54, 58, 60, 61, 63, 109, 125, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196
Câncer Gástrico 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196
Cannabis Sativa 1, 2, 4
Células-Tronco 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79
Comunicação 12, 15, 16, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 82, 84, 86, 90, 91, 92, 98

D

Doença De Parkinson 18, 19
Doença Do Refluxo Gastroesofágico 152, 153, 154, 155, 161, 162, 163, 164
DRGE 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 164

E

Educação Inclusiva 177, 178, 181, 183, 185
Educador Físico 24, 25, 26, 28, 29
Efeitos Anticonvulsivantes 1
Enfermagem 1, 9, 13, 16, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 57, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 123, 125, 132, 136, 142, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 188
Enxertia 66, 71, 74, 75, 76
Epilepsia 1, 2, 3, 4, 6, 7
Equipe Multiprofissional 10, 93, 97, 98, 168
Estratégia De Saúde Da Família 15, 123
Estresse Oxidativo 89, 106, 111, 114, 151

Evolução 20, 107, 137, 138, 139, 140, 141, 179, 192, 193, 196

F

Fatores De Risco 27, 54, 83, 101, 110, 142, 143, 145, 146, 147, 180, 192, 195, 198

Fisioterapia 18, 19, 20, 21, 22, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104

Formação Em Saúde 10, 11, 15

Fração Vascular Estromal 65, 67, 71, 72

H

Helicobacter Pylori 146, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196

Hepatite C 137

I

Idoso 24, 25, 28, 30, 31, 57

Inclusão 3, 6, 12, 21, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 47, 49, 58, 60, 66, 73, 91, 144, 166, 168, 169, 177, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 191

Instituições De Longa Permanência 24, 28, 29, 31

Interdisciplinaridade 10, 11, 14, 15, 16

Interleucinas 106

Interprofissionalidade 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16

M

Meditação 58, 59, 60, 61, 63, 64

Mindfulness 58, 59, 60, 61, 64

P

Prática Esportiva 97, 98, 104

Prevenção 21, 25, 30, 40, 41, 42, 89, 93, 100, 101, 103, 106, 109, 113, 126, 143, 144, 146, 150, 167, 172, 174, 180, 192

Psicologia 30, 177, 184, 186

Punção Venosa 47, 48, 51, 52

R

Reabilitação 18, 19, 20, 21, 22, 23, 41, 90, 98, 99, 100

Retinopatia Diabética 105, 106, 109, 110, 114, 115, 116, 121

T

Tabagismo 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 146, 192, 193

Tecido Adiposo 66, 67, 71, 72, 75, 109

Terapia Celular 66, 67, 70

Traumatismo Da Medula Espinhal 97

 **Atena**
Editora

2 0 2 0